

**Transcrição da Ata da 106ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente, realizada no dia 13 de junho de 2023, presidida pelo Sr. Valdemar Bernardo Jorge, Presidente, e Secretariada pelo Sr. José Rubel - Secretário Executivo.**

O Sr. Secretário Executivo:- Boa tarde a todos. Sejam bem-vindos todos à nossa 106ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente.

Vamos fazer a chamada, solicitando a todos que se apresentem, dizendo o nome a instituição que representam. Jocely Thomazoni Loyola ou Rodrigo Felipe Rocha ou Luiz Antônio Werlang.

A Sra. Jocely Maria Thomazoni Loyola (Cohapar):- Jocely Maria Thomazoni Loyola, presente na reunião.

O Sr. Secretário Executivo:- Obrigado, Jocely. Procuradoria Geral do Estado, Leticia Ferreira da Silva ou Carolina Lucena Schussel.

A Sra. Carolina Lucena Schussel (PGE):- Carolina Lucena Schussel, pela Procuradoria Geral do Estado.

O Sr. Secretário Executivo:- Obrigado, Carolina. Ipardes, Jorge Augusto Callado.

O Sr. Jorge Augusto Callado (Ipardes):- Boa tarde, presente. Prazer revê-los.

O Sr. Presidente:- Obrigado, Jorge.

O Sr. Secretário Executivo:- Paulo Aparecido Pizzi.

O Sr. Paulo Aparecido Pizzi (Mater Natura):- Paulo Pizzi, presente.

O Sr. Secretário Executivo:- Obrigado, Paulo.

O Sr. Presidente:- Um abraço, Paulo.

O Sr. Secretário Executivo:- SPVS, Felipe do Vale ou Clóvis Ricardo Schrappe Borges.

O Sr. Felipe do Vale (SPVS):- Felipe do Vale, SPVS, presente.

O Sr. Presidente:- Obrigado pela presença, Felipe.

O Sr. Secretário Executivo:- CEDEA, Luiz Arthur da Conceição.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Presente, CEDEA, Luiz Arthur.

O Sr. Secretário Executivo:- Henrique Simão Pontes ou Antônio Carlos Foltran. (Pausa). MarBrasil, Juliano Dobis ou Robin Loose. (Pausa). Grupo Açungui,

Robertha Trevisan Coradassi Buff ou Gisele Cristina Sessegolo. (Pausa). Guardiões da Natureza, Vânia Santos ou Luana Maria. (Pausa).

Universidade Estadual de Londrina, Marta Regina Gimenez Fávaro ou José Marcelo Torezan ou Fernando Fernandes.

O Sr. José Marcelo Torezan (UEL):- José Marcelo Torezan, representando a Professora Marta da Universidade Estadual de Londrina, presente.

O Sr. Secretário Executivo:- Universidade Estadual de Ponta Grossa, Miguel Sanches Neto ou Grazielle Campos Kviatcoski ou Gilson Burigo Guimarães.

A Sra. Grazielle Campos Kviatcoski (UEPG):- Grazielle Campos Kviatcoski, presente, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, representando o Professor Miguel.

O Sr. Secretário Executivo:- Obrigado.

O Sr. Presidente:- Obrigado, Grazielle.

O Sr. Secretário Executivo:- Pela PUC - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Rafaela da Silva Limons da Cunha ou Altair Rosa. (Pausa). Universidade Positivo, Marcelo Limont ou John James Loomis. (Pausa). Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Miguel Rubens Tranin ou Marcos Pupo Thiesen ou Paulo Quintiliano Moura.

O Sr. Paulo Henrique Quintiliano Moura (FIEP):- Boa tarde, Paulo Quintiliano Moura, pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

O Sr. Presidente:- Obrigado pela presença, Paulo.

O Sr. Secretário Executivo:- Pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Carla Beck ou Klaus.

A Sra. Carla Beck Kesrting (FAEP):- Carla Beck Kesrting, presente.

O Sr. Presidente:- Obrigado pela presença, Carla.

O Sr. Secretário Executivo:- Pela Assembleia Legislativo do Estado do Paraná, Deputado Goura ou Deputado Arilson Chiorato. (Pausa). Pela Associação Paranaense das Empresas de Reflorestamento, Álvaro Scheffer Júnior ou Aílson Augusto Loper ou Helen Melo.

O Sr. Aílson Augusto Loper (APRE):- Aílson Loper, presente, pela Associação Paranaense de Empresas de Base Florestal. Obrigado.

O Sr. Secretário Executivo:- Boa tarde. Pela FETAEP, Alexandre Leal dos Santos ou José Amauri Denck. (Pausa). Pela FETRAF Sul - Bernardo Vergopolem ou Roselaine de Fátima Barausse. (Pausa). Pelo SindiSeab - Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais da Secretaria da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins, Heitor Rubens Raymundo ou Ana Márcia.

A Sra. Ana Márcia Altoé Nieweglowski:- O Heitor está presente, só que ele não respondeu. Isso que eu posso dizer.

O Sr. Secretário Executivo:- Você é a suplente dele?

A Sra. Ana Márcia Altoé Nieweglowski (IAT):- Não estou nomeada suplente dele, só estou no Colit.

O Sr. Secretário Executivo:- Ok.

A Sra. Ana Márcia Altoé Nieweglowski (IAT):- Mas eu vou ver se eu falo com ele, ele está aí sim no chat.

O Sr. Secretário Executivo:- Liga no celular para ele então.

A Sra. Ana Márcia Altoé Nieweglowski (IAT):- Tá.

O Sr. Secretário Executivo:- Por favor. Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba, Érica Costa Mielke ou Ibson Gabriel Martins de Campos.

A Sra. Érica Costa Mielke (SMMA Curitiba):- Érica Costa Mielke, presente, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba.

O Sr. Presidente:- Obrigado, Érica.

O Sr. Secretário Executivo:- Secretaria do Meio Ambiente do Município de Campo Largo, Juarez Pianesser Carvalho ou Mirela Jacomasso Medeiros.

A Sra. Mirela Jacomasso Medeiros (SMMA Campo Largo):- Boa tarde, Mirela Jacomasso Medeiros, represento a Prefeitura de Campo Largo.

O Sr. Secretário Executivo:- Pelo Conselho Regional de Biologia, Fernando Matsuno Ramos.

O Sr. Fernando Matsuno Ramos (CRBio):- Boa tarde, Fernando Matsuno Ramos, representando o Conselho Regional de Biologia.

O Sr. Presidente:- Obrigado pela presença, Fernando.

O Sr. Secretário Executivo:- Pelo Conselho Regional de Engenharia, Agronomia do Estado do Paraná, Helder Rafael Nocko ou Edilene Pires da Silva Andreiu.

O Sr. Helder Rafael Nocko (CREA/PR):- Boa tarde a todos, Helder Nocko, presente, representando o CREA/Paraná.

O Sr. Secretário Executivo:- Pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária, Leonardo Nápoli ou Letícia Paulo Koproski.

A Sra. Letícia Paulo Koproski (CRMV):- Boa tarde, Letícia Koproski, pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária.

O Sr. Presidente:- Obrigado, pela presença.

O Sr. Secretário Executivo:- Pela Ordem dos Advogados do Brasil/Seção Paraná, Alessandro Panasolo ou Fabiano Augusto Piazza Bacarat. (Pausa). E, finalmente, pelas Comunidades Indígenas do Estado do Paraná, Andrea de Fátima Fernandes e Romancil Gentil Cretã. (Pausa). Muito bem, nós concluímos a chamada nominal dos membros do Conselho que foram indicados para este mandato 2023/2025, bianual. Nesse momento eu vou conferir o quórum.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Secretário, eu acho que o meu áudio estava desligado, CEDEA, presente.

O Sr. Secretário Executivo:- Está anotado, obrigado, Arthur. Nós temos 24 (vinte e quatro) presentes, o quórum é de 16 (dezesesseis), então está satisfeito com folga o quórum. A partir desse momento fica instaurada a reunião e passo a palavra ao Sr. Secretário e Presidente do Conselho.

O Sr. Presidente:- Bom, boa tarde a todos. Quero agradecer a presença de cada um de vocês, vários rostos aqui conhecidos de todos nós. E eu fico feliz com essa primeira reunião que nós estamos fazendo nesse mandato agora, do ano 2023, centésima sexta reunião ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente que é o Conselho que a gente quer dar cada vez mais valor, importância e publicidade para os seus atos.

Então declaro empossados os Conselheiros que estão aqui nesse novo mandato, ficando pendente tão somente a definição dos conselheiros que vão ser, depois por consenso, por votação, aclamação ou votação, os Conselheiros de acordo com a Resolução do Cema (inaudível) de 2020, com relação às organizações não governamentais que vão participar, mas, por enquanto, permanecem as que já estavam no

mandato anterior até que seja feita uma nova votação, aonde poderão ser mantidas ou substituídas as atuais entidades.

Eu queria citar, inicialmente, esse desafio nosso de fazer do Estado do Paraná efetivamente, com todas as letras, em todas as posições, o Estado mais sustentável do país, e a gente quer fazer isso junto com vocês deste Conselho. É um grande desafio termos decisões de forma colegiada, decisões coletivas, este é o Conselho numeroso, um Conselho grande, mas a gente quer dar realmente preferência ao debate e muitas vezes a gente vai ter dificuldade de chegar ao ideal de tudo o que a gente deseja, mas tudo que é possível para melhorar cada vez mais a nossa relação, de pessoas, ser humano, seres humanos com o meio ambiente. É um grande desafio esse nosso, promover o desenvolvimento sustentável que nada mais é do que atender à necessidade dessa geração, sem comprometer a necessidade das futuras gerações, nas dimensões ambiental, social e econômica. A gente tem sim grandes ameaças, temos essa preocupação com perda de biodiversidade, que a gente tem que dar cada vez mais valor à biodiversidade, temos um grande desafio com relação aos recursos hídricos. Eu estive viajando recentemente para Nebraska, Estados Unidos, e percebi lá que eles fazem irrigação, percebi lá em Nebraska que eles estão sem mata ciliar, que eles estão sem reserva legal, os rios estão todos assoreados, e a gente tem que ter esse propósito do racional dos bens naturais e no Cema a gente quer trabalhar nesses próximos anos.

Mudanças climáticas é o tema do momento, o próprio Governo Federal tem trabalhado muito nesta questão de mudanças climáticas, e a gente quer ter essa análise muito forte porque a gente tem que entender essas mudanças climáticas, como a gente convive com elas, como a gente minimiza esses eventos climáticos extremos.

Nós temos esse cuidado nessa gestão muito grande com a preocupação dos resíduos sólidos urbanos, que também é um tema que afeta o meio ambiente, com os resíduos de plástico e tudo mais, que a gente quer realmente, junto com as operações consorciadas, junto com o Ministério Público e várias entidades aqui, ajudar os municípios a resolverem esse problema, porque os municípios pequenos tem grande dificuldade. Mas também temos muitas grandes oportunidades aqui no Paraná que está se preparando realmente para esse cuidado. A melhoria contínua com relação à outorga da água, que é uma questão muito relevante pra gente, essa preocupação com biodiversidade, com indivíduos. Emissão de carbono é um assunto que vai entrar em pauta logo, logo, aqui com a gente. A Secretaria Sedest está fazendo alguns estudos, a gente quer compartilhar com vocês algumas ideias, na sequência, mas a gente quer, realmente,

naquilo que é possível, fazer o Paraná ter uma economia verde, uma economia sustentável, uma economia inclusiva e uma economia circular. Acho que esse é um trabalho que vai competir a este Conselho. A gente quer fazer esse enfrentamento de maneira coletiva, ouvindo todos vocês que fazem parte desse belo e grande Conselho, e essa será a nossa missão.

Fico muito grato novamente por ter vocês aqui, esse é um Conselho em que todos aparecem voluntariamente. Não é um Conselho remunerado, são pessoas que acreditam que podem contribuir, então a gente está realmente comprometido, todos nós, com o desenvolvimento sustentável. A gente quer deixar uma marca aqui que é: decisões coletivas, transparentes e públicas. Acho que esse é um legado que a gente gostaria de construir com vocês, que a gente possa tomar decisões de maneira coletiva com toda a transparência e publicidade.

Ao final, gostaria de ouvi-los para a Tribuna Livre, a gente tem uma pauta para cumprir, mas depois acho que vai sobrar espaço sim, a gente poderia ouvir a todos na Tribuna Livre. Então, quem quiser, já pode fazer a inscrição no chat, depois nós vamos dividir o tempo conforme o número de pessoas inscritas para falar.

Então, a gente vai dar continuidade aos temas da pauta, a gente vai ter, na sequência, a apresentação do time da Secretaria de Planejamento sobre o programa Paraná Eficiente. Para quem não me conhece, sou Valdemar Jorge, estive durante três anos e alguns meses como Secretário de Planejamento. Durante esse período em que estava como Secretário de Planejamento, a gente conseguiu junto com a Secretaria da Sedest aqui fazer a captação de recursos para esse programa Paraná Eficiente que vai ser apresentado para os senhores hoje. Então, peço para que nos próximos dez minutos, quem quiser se inscrever para falar no final na Tribuna Livre, se inscrevam e depois a gente vai dividir esses minutos restantes pelos inscritos. A gente vai abrir durante dez minutos para essa inscrição.

Eu volto a falar com o Secretário Executivo para que ele possa chamar a Chayanne que vai falar um pouquinho sobre o Paraná Eficiente para a gente.

O Sr. Secretário Executivo:- Perfeito. Convido então a Chayanne e a Sônia, da Secretaria de Planejamento, para fazerem a apresentação do estágio atual de implementação do programa Paraná Eficiente, enfatizando quais são os resultados concretos já alcançados ou que se espera alcançar pela implementação desse programa. Por favor, Chayanne e Sônia, vocês podem compartilhar conosco a apresentação de vocês.

A Sra. Sônia:- Está me ouvindo bem?

O Sr. Helder Rafael Nocko (CREA/PR):- Perfeitamente.

A Sra. Sônia:- Ok. Então, boa tarde, boa tarde a todos. Meu nome é Sônia, eu estou hoje na coordenação desse projeto dentro da Secretaria do Planejamento, e eu agradeço o espaço até para gente apresentar um pouquinho sobre o Paraná Eficiente.

O IAT é um dos nossos parceiros nesse projeto, junto com a Sedest, são parceiros nossos do projeto. E aí a gente fez uma apresentaçõzinha breve, para não ocupar muito tempo da própria reunião do Conselho, e ficamos sempre à disposição para tirar dúvidas, esclarecer o que for necessário.

Mirela, você pode ir passando? Então, esse acordo é o Acordo 9.378, assinado entre o Estado do Paraná e o Banco Mundial e em novembro do ano passado, e foi institucionalizado pelo Decreto 12.725, do final do ano, de primeiro de dezembro também, que instituiu o projeto de inovação e modernização da gestão pública, no âmbito da Secretaria do Planejamento. E a estrutura de gestão. Então, nesse decreto também a gente define uma estrutura de gestão, que é o Comitê Gestor, mais a unidade de gerenciamento do projeto que fica dentro da Secretaria de Planejamento. Então, o objetivo geral desse projeto e como ele foi desenhado e depois foi todo reformulado no meio da pandemia, ele passou a ter um objetivo geral um pouco mais focado na questão da Covid-19, por conta do período e dos desafios que o Estado enfrentou na época com a Covid. Então, o objetivo geral dele ficou: responder à pandemia de Covid-19 e melhorar a eficiência da saúde e de outros serviços públicos prioritários.

Dentro desses serviços públicos prioritários, esses outros serviços públicos, consta o meio ambiente e consta também a gestão pública por intermédio da Secretaria do Planejamento e, principalmente, da Secretaria da Administração.

Então os objetivos de desenvolvimento do projeto, em primeiro lugar são os leitos hospitalares disponíveis para tratar Covid, isso foi um recorte que fizemos até para buscar os gastos retroativos por conta da Covid, porque como o projeto demorou um certo tempo para ser assinado, o contrato, a gente fez um recorte até para recuperar um pouco dos gastos que foram necessários lá na pandemia para atender os leitos disponíveis para tratar Covid. Esse é um objetivo que nós já alcançamos, e é por intermédio desse objetivo já alcançado que a gente conseguiu fazer o primeiro desembolso do projeto e alavancar as outras ações que estão referenciadas no projeto.

Outro objetivo de desenvolvimento são as quarenta unidades de cuidados multiprofissionais que deverão ser instaladas pela Secretaria de Saúde. Na realidade são

hospitais de pequeno porte transformados em unidades de cuidado para torná-los mais eficientes dentro do contexto da Secretaria de Saúde.

O próximo é a plataforma de gestão ambiental, com informações da Vigilância Sanitária e de riscos de desastres naturais implantados. Esse é um que está bem focado no meio ambiente e é uma parceria até do IAT, da área ambiental, com a Saúde para que a gente tenha um mapeamento até de algumas doenças infecciosas causadas por mosquitos e outros problemas no Estado.

E o último objetivo é 90% dos novos projetos, utilizando as novas diretrizes do modelo de gestão de investimento público. Esse é um desafio, um grande desafio sendo desenhado e trabalhado dentro da Secretaria de Planejamento, que a gente gostaria muito que tivesse, na sequência, parceria com a Secretaria da Fazenda e Secretaria da Administração e outras necessárias, Casa Civil e outras Secretarias necessárias.

Esse é um projeto que conta com cento e trinta milhões de dólares, dos quais cento e vinte milhões e quinhentos estão dentro de um componente chamado PforR. PforR é programa para resultados. Esse programa para resultados é chamado assim porque trabalha com as ações existentes dentro do PPA. Então, a gente não está inventando nada diferente daquilo que já está previsto lá no PPA de 2020/2023; e nove milhões e quinhentos é direcionado para ações transversais, que auxiliam e dão embasamento nessas todas outras ações, que a gente chama de assistência técnica porque são ações transversais. É um projeto que deve durar em torno de cinco anos para a execução de todas as ações que são desenhadas lá.

O Decreto 12.725, como eu falei antes, formou um Comitê Gestor, instituiu o programa, formou um Comitê Gestor e formou a unidade de gerenciamento do projeto. Então, essa unidade de gerenciamento tem coordenação, tem coordenação financeira, de monitoramento, das questões salvaguardas ambientais e também dos sistemas em si. E para esse grupo de coordenações da UGP, a gente sempre tem dentro das instituições, que são o que a gente chama das unidades executoras do projeto, nós temos uma equipe também que a gente vem trabalhando junto com os núcleos de planejamento, mas também tem lá uma pessoa responsável pela área financeira, que vai nos ajudar a prestar contas dos gastos do projeto, um responsável pela área ambiental e social, que vem sendo conversado e tratado de forma a se tornar bem capacitados para nos ajudar, porque é um grande desafio essas questões ambientais, para todo o projeto como um todo, e um responsável técnico pelo próprio projeto.



Aí tem, volta um pouquinho só, Mirela, na lateral ali a gente tem as agências que fazem o controle junto conosco. Então, a gente não trabalha sozinho, nós temos aí a auditoria externa feita pelo TCE, a auditoria interna, que é executada pela CGE, a CGE tem acompanhado muito esse projeto, e o Iparides que se torna aqui a nossa agência de verificação independente. O Iparides, a agência de verificação independente ou Iparides, nos ajuda no sentido de validar os indicadores de desembolso. Os indicadores de desembolsos são aqueles indicadores necessários para que a gente consiga desembolsar. Como ele é um projeto nessa metodologia do PfoR, ele não entrega o recurso para daí a gente comprovar gasto. Não. A gente comprova, pelo menos as metas de desembolso, para daí ter o recurso para poder trabalhar dentro do projeto.

O Componente 1, que é o componente que eu falei do PfoR, é dividido em três esferas, como a gente já tinha falado, que é a área de saúde que trata as unidades de cuidado, tratam os sistemas de transformação digital da saúde, e tem a outra ali que são as despesas com Covid, que a gente já conseguiu cumprir.

O item dois, que é a área ambiental, trabalha principalmente com a modernização de sistemas ambientais. Então, são mapeamentos, é tudo voltado à tecnologia, inclusive da Defesa Civil também são todos projetos de tecnologia para melhorar a leitura, o mapeamento e os ajustes de licenciamento e tudo mais nas questões ambientais.

E a parte de gestão, que a gente chama de área de resultados 3 é a gestão mesmo, aqui trabalha a Secretaria de Planejamento, como eu falei, Casa Civil, trabalha a Secretaria da Administração, Fazenda e as áreas meio para gente melhorar, através também de muita coisa focada em tecnologia, melhorar os sistemas. Dentro deste projeto também a gente tem um que não é esclarecidamente tecnologia, mas é o Paraná Produtivo. O Paraná Produtivo é uma forma que nós encontramos até lá na pandemia, um pouco antes dela até, para atender os municípios de baixo IDH no sentido de colaborar e ajudar com que eles consigam trazer resultados melhores e discutirem respostas e soluções para as regiões mais deprimidas.

O Componente de Assistência Técnica tem sete áreas que são sete projetos, na realidade, aonde a Secretaria de Planejamento é ordenadora de despesas auxiliada pelo departamento de compras da SEAP e pelos órgãos executores mesmo. Então, os órgãos executores trabalham com os projetos, os termos de referência e tudo mais, para que a gente consiga dar razão para o desembolso desse recurso.

Bom, salvaguardas ambientais e sociais eu vou deixar por conta da Chayanne, que ela é muito melhor que eu para falar sobre isso, e qualquer coisa a gente vai continuando aqui, gente. Obrigada, por enquanto.

A Sra. Chayanne Alessandra Telles (SEPL):- Olá, pessoal, boa tarde a todos, Secretário Valdemar. Para quem não me conhece, então eu sou a Chayanne, faço parte aqui da equipe da Secretaria de Planejamento, na Coordenação de Captação de Recursos, aonde eu sou assessora técnica da área de gestão de riscos ambientais e sociais, e dentro do projeto Paraná Eficiente eu estou então como Coordenadora de Salvaguardas Ambientais e Sociais.

O Banco Mundial trata, tem toda a sua política ambiental e social, e traz então para nós Estado, enquanto mutuário, toda uma série de obrigadoriedades e regras que devemos seguir a partir das ações propostas no projeto. Como esse projeto é misto, como a Sônia comentou, então ele tem uma área que é programa por resultados e uma área que é de assistência técnica, e essa divisão também traz uma divisão em relação às regras para salvaguardas ambientais e sociais. Então, todas as ações do projeto que estão na área de PfoR, do programa por resultados, deve atender a legislação nacional ambiental e social. Então, a gente responde conforme o que ditam as nossas leis aqui, federais e também estaduais.

Em relação às ações que estão dentro da assistência técnica, é um pouquinho diferente. Aí o Banco Mundial tem por si uma série de normas ambientais e sociais, são dez normas, que então a gente tem que também responder as obrigadoriedades que pedem essas normas de acordo com as ações propostas no projeto. Tudo isso pautado também a questão dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, então existem, por exemplo, no projeto, aonde nós temos o programa Paraná Produtivo trabalhando então com os municípios, todas as ações que estão sendo levantadas estão relacionadas e pautadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, procuram estar aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

E tudo isso então, englobando a questão do ESG, que também é uma pauta que está super em alta no Estado, no mundo, e tudo dentro então da questão de salvaguardas ambientais e sociais. Pode passar, Mirela, por favor. Então, o que o Banco pede para o Estado em relação a isso? Do Componente 1, as ações que estão dentro do Componente 1, o Banco fez uma avaliação ambiental e social do Estado do Paraná. Então, avaliaram as nossas leis, avaliaram todo o nosso sistema legal e, com isso, elaboraram um documento e nesse documento eles trazem então treze ações que o Estado deve cumprir.

Algumas partes dessas ações, sete delas são ações requeridas, que devemos sim cumprilas, e as outras são recomendadas. Nessa avaliação o Banco mostra pra gente qual é o impacto desse projeto. Então, nessa avaliação, o impacto ambiental e social, conforme toda uma sequência de indicadores que o Banco tem, uma matriz de indicadores de avaliação, o risco desse projeto é moderado.

A partir dessa classificação, de moderado, é que essas ações requeridas então são colocadas pra gente, depois, pra frente, eu vou falar um pouquinho sobre quais são essas ações. E também junto disso, foi nos colocado um plano de ação, que ele faz parte de um documento de avaliação do projeto também, aonde nós temos cinco ações que também devem ser cumpridas pelo Estado. E dentro do Componente 2, que é dessa Assistência Técnica, lembrando, então, aonde válida e as normas específicas do Banco Mundial, nós tivemos dentro desse projeto Paraná Eficiente a elaboração de três documentos bem importantes que já estão disponíveis no site da Secretaria de Planejamento. E um deles, então, é referente à primeira norma do banco, que é o Plano de Compromisso Ambiental e Social. Esse documento está anexo ao nosso contrato e lá também, então, tem ações que nós devemos seguir enquanto mutuário. Daí o que acontece? Nesse plano essas ações têm o prazo para execução, como serão as devolutivas para o Banco, que sempre é através dos relatórios que a gente tem que enviar semestralmente. Então, esse é um dos documentos. O outro documento é o Plano de Gestão de Mão de Obra que tem relação à norma dois do Banco que fala sobre as questões de saúde e segurança no trabalho. Então, é aquela questão de assegurar os trabalhadores quanto ao uso do IPI, quanto à questão de saúde, ergonomia, enfim, depois também a gente conta um pouquinho mais como funciona isso na prática dentro do projeto.

E, por fim, o último documento é o PEPI, que é o Plano de Engajamento das Partes Interessadas. Esse diz respeito à norma dez do Banco. Em resumo, o que é esse Plano de Engajamento? É o que a gente está fazendo hoje, participando dessa reunião no Conselho, para que a gente possa tornar público o projeto Paraná Eficiente. Então, nesse Plano de Engajamento a gente tem lá uma estratégia de como será esse nosso envolvimento com todas as partes interessadas. Então, depois também vou falar um pouquinho para vocês sobre o papel da Ouvidoria Geral do Estado, que é parte dessa estratégia de engajamento de toda a comunidade, de todos os cidadãos. Mas, então, em resumo é isso. Temos os dois componentes do projeto, temos as ações requeridas pelo Banco Mundial, que nós, enquanto Estado, devemos cumprir.

Para o Componente 1, a gente segue toda a legislação nacional ambiental e social, e para o Componente 2 a gente segue as normas específicas do Banco Mundial, que também tem muito a ver com a legislação mesmo. Alguns pequenos detalhes que o Banco traz por questões de estarem alinhadas a política deles.

Então, em resumo, quais seriam as principais obrigаторiedades? Então, a primeira é a unidade de gerenciamento do projeto, que está então instituída aqui na nossa equipe da Secretaria de Planejamento; ter um especialista ambiental e social durante toda a vigência do projeto, então a princípio esses cinco anos; cada órgão executor, que foram as Secretarias que a Sônia apresentou no organograma; ter um ponto focal, então designar um ponto focal para a parte fiduciária e para a parte ambiental, então esse ponto focal é aquele que vai estar dando suporte no caso para mim, que estou como coordenadora das informações, tudo o que a gente vai precisar de documentação para depois estar anexando ao nossa relatório e enviando ao Banco Mundial; os pontos...

O Sr. Secretário Executivo:- Chayanne, por favor, me perdoe interrompê-la, eu só gostaria que você, por gentileza, encaminhasse para as conclusões finais a sua apresentação, dada a existência de outras matérias da pauta da reunião. Agradeço a compreensão, Chayanne.

A Sra. Chayanne Alessandra Telles (SEPL):- Tá. Então, assim, gente, sendo bem breve, esse é o primeiro momento, nós já fizemos uma apresentação lá no início, se não me engano ano passado desse projeto, hoje nós estamos participando aqui, trazendo um pouquinho mais em detalhes, especialmente essa parte ambiental, mas essa não vai ser a nossa última participação. Então, assim, dentro dessas obrigаторiedades da gente estar participando sempre, não só do Conselho do Meio Ambiente mas do Conselho de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, do Conselho de Saúde, trazendo então sempre essas informações atualizadas do projeto.

Como vocês viram e a Sônia falou, foi assinado ao final do ano passado, então nós temos ações em andamento, na próxima participação da reunião a gente apresenta esses resultados mais avançados. Como a Sônia falou, ficamos à disposição para dúvidas, a Ouvidoria Geral do Estado é o nosso canal de comunicação oficial para este projeto, então a equipe toda lá está sabendo, então qualquer manifestação também dos senhores participantes dessa reunião pode ser feita por lá também, estamos aqui à disposição. E acredito que é isso, em resumo é isso, esse é o projeto Paraná Eficiente, então temos essas três áreas de resultado, um programa misto, no valor de cento e trinta milhões de dólares, o que mais? Temos a parte de salvaguardas ambientais e sociais, estamos então

respondendo a essas obrigadoriedades e essa então, que está projetada aí, é a carinha lá da nossa página, está dentro da página da Secretaria de Planejamento, existe lá a aba Paraná Eficiente, temos lá todas essas informações sobre a unidade gestora, os documentos do contrato, esses documentos que eu comentei que são específicos da área de salvaguardas ambientais e sociais, enfim, o papel da Ouvidoria, o papel das auditorias também, o papel do IparDES, então tem bastante informação bacana lá que vocês, acessando, já vão poder também ter um maior conhecimento sobre o nosso projeto.

O Sr. Presidente:- Chayanne, eu queria cumprimentar aí o time do Planejamento, estou vendo aí a Chayanne, estou vendo aí a Sônia, estou vendo o Fabrício também, né Fabrício, tudo bem com você? Um abraço a vocês todos, eu sei da competência e do trabalho de vocês do Planejamento e sou testemunha disso.

Eu queria só fazer uma pergunta, Chayanne, Sônia e Fabrício, só para conhecimento dos demais Conselheiros, então desse programa Paraná Eficiente tem o Componente 2 que fala do Portal I9 Ambiental, que fala de toda estrutura e dados espaciais, que fala da agilização de licenças e aprimoramento aí na fiscalização ambiental e também do monitoramento ambiental e todo esse aprimoramento do sistema de alerta da Defesa Civil. Desse Componente 2, eu queria saber de vocês para informar todos os Conselheiro, qual o valor destinado ao Componente 2, em que fase estamos? Só para que os Conselheiros possam ter conhecimento e dar as suas colaborações também.

A Sra. Sônia:- Boa tarde, Secretário Valdemar, é um prazer falar com você, depois de tanto tempo, é a Sônia que está falando.

O Sr. Presidente:- Oi, Sônia, estou te vendo.

A Sra. Sônia:- Na realidade o Meio Ambiente tem uma área de resultados dois no Componente 1, esse componente tem em torno de vinte e cinco milhões de dólares sendo trabalhado nessa modernização dos sistemas de meio ambiente. Eu não sei se responde ou se você quer um pouco mais de detalhamento em relação...

O Sr. Presidente:- É no Componente 2, os vinte e cinco milhões de dólares?

A Sra. Sônia:- Não, não, é Componente 1. Na realidade ele é a área de resultados 2 do meio ambiente dentro do Componente 1 - PfoR.

O Sr. Presidente:- Ok. Aí se você puder colocar só na telinha para todo mundo ver ali a parte que aparece o Portal I9 ali. Esse aí: Componente 1, item 2.

A Sra. Sônia:- Isso mesmo, é nesse aí.

O Sr. Presidente:- Tá. Porque nós vamos trabalhar aqui, acho que é importante todos os Conselheiros saberem o trabalho junto com o IAT, é a construção desse Portal

I9 Ambiental que vai ter infraestrutura de Dados Espaciais, também esse investimento de tecnologias para agilizar o licenciamento ambiental e fiscalização ambiental, porque um dos lemas que nós temos aqui nessa gestão da Sedest, IAT, esse é um trabalho dar agilidade ao licenciamento e também da transparência e publicidade de todos os movimentos que tem feito o IAT. Então, a gente quer realmente trazer tecnologias, trazer esse portal de operação, dar (interferência no áudio) a todos e tal, e que a gente possa fazer também o monitoramento ambiental e aperfeiçoar também esse sistema de alertas da Defesa Civil. Então são investimentos que são destinados a esse trabalho que é realizado. Tá bom. Acho que é importante destacar, Sônia, esse trabalho porque realmente esse portal vai agilizar muito a transparência e a publicidade das licenças e da fiscalização ambiental no Estado do Paraná como um todo, tá bom.

A Sra. Sônia:- Realmente, o Secretário tem razão, ele é uma área bastante importante dentro do projeto e até, num outro momento, a gente pode convidar a equipe do IAT para fazer uma apresentação detalhada exclusivamente dessa área de resultados, porque eles têm muita informação, o trabalho está em andamento, tem muita coisa acontecendo e é legal de repente o Conselho conhecer toda essa parte do projeto, que é bem legal.

O Sr. Presidente:- Você sabe em que fase está, Sônia? Em que fase está esse a implantação do sistema de informação da gestão ambiental?

A Sra. Sônia:- Ele está em fase de licitação.

O Sr. Presidente:- Licitação, tá bom.

A Sra. Sônia:- Isso.

O Sr. Presidente:- Acho que é importante que se coloque em pauta que na próxima reunião do Conselho do Cema o IAT possa fazer a apresentação desse componente, onde está sendo investido vinte e cinco milhões de dólares. Não é pouco dinheiro investido no sistema e é importante então da transparência e publicidade, até para que todos membros do Conselho possam dar as suas contribuições nesse aprimoramento. É uma sugestão de pauta para a próxima reunião então, o detalhamento do sistema de informação ambiental e de riscos de desastres, o I9 Ambiental, fica colocado aqui, tá bom.

Abro a palavra para os demais, se alguém quiser...

O Sr. Jorge Augusto Callado (Ipardes):- Dr. Valdemar?

O Sr. Presidente:- Jorge Callado, por favor.

O Sr. Jorge Augusto Callado (Ipardes):- Mais uma vez boa tarde a todos. É só para reforçar que o Ipardes, de uma forma bastante especial, atua como uma unidade de

verificação independente, na realidade de um Agente de Verificação Independente perante o Banco Mundial. É importante que toda análise dos indicadores ligados ao desembolso são realizadas pelo nosso Iparides. Então para nós é bastante importante estarmos juntos nesse trabalho e os resultados de execução têm sido bastante positivos. Já fica então a nossa parabenização a todos os envolvidos na execução do programa.

O Sr. Presidente:- Tá bom. Obrigado, Jorge, já pela contribuição e pela informação que está caminhando bem o projeto. Depois, Chyanne, se você puder compartilhar com todos nós também, você comentou do todo Plano de Compromisso Social e Ambiental que o banco solicitou que a gente aderisse para poder liberar o financiamento. Se você puder compartilhar e disponibilizar no grupo, deve estar publicado em algum lugar, mas se você puder disponibilizar pra gente, o Rubel depois encaminha para todos os demais. Tá bom?

A Sra. Chyanne Alessandra Telles (SEPL):- Tá bom, Secretário. Eu encaminho para o Rubel, mas, de qualquer forma, também já está disponível lá na página da Secretaria de Planejamento.

O Sr. Presidente:- Tá bom. Muito obrigado, Chyanne. Nós agradecemos pela participação, Secretário, pela oportunidade. Obrigada.

O Sr. Presidente:- Tá. Temos mais algum Conselheiro que queira fazer algum comentário breve? Está aberta a palavra.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Presidente.

O Sr. Presidente:- Oi, Luiz Arthur, pode falar.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- É o seguinte: eu acho importantíssimo isso, dar uma modernizada, porque, por exemplo, a gente tem que colocar o CNPJ de uma empresa e ver se ela tem licitação, o nome da empresa e ver se tem, licitação não, licença, né, licença prévia ou licença de operação, enfim. Então, eu acho importante isso e eu faço uma sugestão para o Conselho que seja encaminhado isso para a Câmara Técnica de Biodiversidade para fazer alguns apontamentos, se for necessário. E depois o pleno discutir também alguns apontamentos, algumas sugestões, né. Eu vejo nesse sentido aí, Secretário, que o Conselho possa ajudar e colaborar nesse sistema que eu acho que é um sistema honrado e de modernização do Estado do Paraná. É nesse sentido aí, para colaborar mesmo, Presidente. Obrigado.

O Sr. Presidente:- Obrigado, Arthur. Eu acho que fica aberta a possibilidade de encaminhamento de sugestões para a Secretaria Executiva. A Secretária Executiva pode

ordenar os apontamentos e as sugestões para que a gente possa encaminhar para o Planejamento e para o IAT.

Então, está aberto aqui o canal de comunicação com a Secretaria Executiva do Cema para que a gente possa encaminhar essas sugestões para o IAT, que é o órgão que está executando e até o órgão que está também avaliando, o Ipardes, ali o Jorge Callado também, tá bom. Contribuições são bem-vindas e o canal de comunicação pode ser então a Secretaria Executiva. Ok, Luiz Arthur?

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Ok., obrigado.

O Sr. Heitor Rubens Raymundo (SindiSeab):- Presidente?

O Sr. Presidente:- Pois não.

O Sr. Heitor Rubens Raymundo (SindiSeab):- Aqui é o Heitor.

O Sr. Presidente:- Oi, Heitor, tudo bem?

O Sr. Heitor Rubens Raymundo (SindiSeab):- Boa tarde.

O Sr. Presidente:- Boa tarde.

O Sr. Heitor Rubens Raymundo (SindiSeab):- Eu tive um problema, então eu continuo com algum problema na questão da imagem. Eu só queria lembrar, já que estamos falando das informações ambientais, que é uma deficiência apurada em vários setores da sociedade, como a OAB em relação às prerrogativas profissionais de acesso, por exemplo, nos procedimentos administrativos, enfim, e é do conhecimento da Secretaria, do IAT, já que esse é um debate que permeia há anos, desde 2021 pelo menos, eu participei da Comissão da OAB em relação à Comissão de Direito Ambiental e lá era uma pauta no sentido de que os advogados, mas o povo, de uma maneira geral, para ter acesso às informações ambientais, não é fácil. Eu quero lembrar que existe uma lei, lei que implementou esses (inaudível), a 10.650/93, se não me falha memória, e como nós estamos nesse projeto montando um portal, então que se faça, e isso deve ser uma questão que a equipe deve estar atento, para implementar a legislação nacional e paranaense em relação ao direito de formação da sociedade do Paraná, especialmente melhorando esse setor nos órgãos que tutelam o meio ambiente.

O Sr. Presidente:- Obrigado, Heitor. Acho que fica registrada a solicitação do Heitor, e, Heitor, para reafirmar aqui a orientação que tenho dado aqui para o IAT e para a Sedest da gente trabalhar com duas premissas que é transparência e publicidade. A gente quer trabalhar bastante com esses temas e os investimentos necessários pra gente poder avançar em transparência e publicidade, tá bom.



O Helder levantou a mão, Helder do Crea. Por favor, Helder, a palavra está contigo.

O Sr. Helder Rafael Nocko (CREA/PR):- Boa tarde, Secretário. Gostaria de parabenizar pela apresentação da equipe do Planejamento e só questionar se já tem a previsão, não sei se seria possível também que dentro desse sistema estivesse a transparência em relação à aplicação dos recursos do Fundo Estadual do Meio Ambiente. Acho que é uma coisa que interessa a todos os Conselheiros e que em algumas outras gestões a gente teve já a apresentação aqui da gestão do fundo e das aplicações dos recursos, mas nem sempre é tão fácil a gente ter acesso. Então, acho que seria uma coisa legal, pensando nessa transparência, que a gente tivesse também dentro desse sistema a demonstração da aplicação dos recursos do Fema. Agradeço.

O Sr. Presidente:- Perfeito, Helder. Obrigado pelo apontamento. Nós temos a reunião do Conselho do Fema - Fundo Estadual do Meio Ambiente, e eu já solicitei que fosse agendada uma reunião para que fosse prestado contas com relação aos valores e desembolsos que foram feitos e os valores que entraram no fundo referente ao ano de 2023. Então já foi feita a solicitação, assim que tiver essa reunião da assembleia do Fema - Fundo Estadual do Meio Ambiente, a gente vai dar publicidade e vou pedir também ao Secretário Executivo para encaminhar para os membros do Conselho Estadual do Meio Ambiente a prestação de contas do Fema, que tem uma pauta específica de apresentação, já foi solicitada por que ainda não foi apresentada para o Conselho do Fema ainda.

Maria Cristina, por favor.

A Sra. Maria Cristina Bittencourt (SEED):- Boa tarde. Eu quero, em primeiro lugar, me desculpar pelo atraso na entrada da reunião, mas eu estava em viagem, me deslocando para Francisco Beltrão, tem uma capacitação para fazer amanhã aqui. E eu queria parabenizar o pessoal da Secretaria de Planejamento, a Sônia, trabalhei na Escola de Gestão, conheço a Sônia, sei do trabalho dela, e eu fiquei um pouco curiosa porque como eu não peguei desde o começo, eu pedi para a Ceneiva, da Secretaria de Educação também, que a princípio seria uma suplente também do nosso Secretário Roni, e parece que ela me contou que temos uma outra composição. É possível confirmar isso, Secretário?

O Sr. Presidente:- Qual é o questionamento? Outra composição com relação à Secretaria de Educação? Não entendi.

A Sra. Maria Cristina Bittencourt (SEED):- Isso. Então, o que eu sabia que o titular sempre seria o nosso Secretário Rony Miranda e que eu seria a primeira suplente, a Cineiva a segunda suplente. Mas diz que está diferente.

O Sr. Presidente:- A informação que eu tenho aqui na nossa planilha que é o William Huppés, como titular, e Maria Cristina Dias Bittencourt na sequência, mas isso pode, eventualmente, ser alterado, porque na pasta, em regra, está o Secretário da pasta.

A Sra. Maria Cristina Bittencourt (SEED):- Exatamente, isso que eu sabia.

O Sr. Presidente:- Quando ele não está presente, ele indica uma pessoa.

A Sra. Maria Cristina Bittencourt (SEED):- Bom, mas aí tenho que ver com o meu Secretário isso, né?

O Sr. Presidente:- Isso. Pode ver com ele lá e a gente recebe a orientação de vocês. Hoje está aqui dois representantes, o William Huppés e Maria Cristina Bittencourt. Tá bom?

A Sra. Maria Cristina Bittencourt (SEED):- Perfeito.

O Sr. Presidente:- Registrada a sua presença.

A Sra. Maria Cristina Bittencourt (SEED):- Ok. Eu acho importante ser a primeira titular, até porque lá eu faço parte do Programa Estadual de Educação Ambiental, que acho que tem tudo a ver com o Conselho Estadual de Meio Ambiente. Esse projeto, por exemplo, a Secretaria de Educação não está contemplada com nenhum recurso, está?

O Sr. Presidente:- Eu abro a palavra aí para a Chyanne e para Sônia para elas informarem.

A Sra. Sônia:- Boa tarde, Maria Cristina, tudo bem?

A Sra. Maria Cristina Bittencourt (SEED):- Tudo, querida, e você?

A Sra. Sônia:- Sentimos a sua falta na escola aqui.

A Sra. Maria Cristina Bittencourt (SEED):- Ah, amada.

A Sra. Sônia:- Não. A Secretaria de Educação tem outro projeto financiado pelo BID, que é a “Educação para o futuro”, mas neste projeto do Paraná Eficiente efetivamente não, a Secretaria de Educação não faz parte desse projeto.

A Sra. Maria Cristina Bittencourt (SEED):- Ah tá. Então, Sônia, eu tenho que ir buscar recursos lá no “Edu futuro” também para as questões ambientais, é isso?

A Sra. Sônia:- Maria Cristina, eu não sei exatamente o cerne do daquele projeto, especificamente. Então, tem que dar uma conversada com a unidade de gerenciamento do projeto para ver se tem alguma coisa que se adeque à sua necessidade, mas aí é uma conversa mais a nível de...

A Sra. Maria Cristina Bittencourt (SEED):- Mais a nível de Secretaria.

A Sra. Sônia:- Isso.

A Sra. Maria Cristina Bittencourt (SEED):- Mas eu agradeço mesmo, sabe, de qualquer forma, mesmo que seja negativa, para ter certeza do que perguntar e para quem, tá bom? Obrigada, querida. Um abraço.

O Sr. Presidente:- Muitíssimo obrigado. Gente, podemos para as deliberações dos temas seguintes, e depois aberta a palavra para a Tribuna final, pode ser?

Ok., gente, mais algum questionamento com relação ao planejamento? Acho que não, né. Bom, dando sequência então, na ata queria agradecer efetivamente todo o time da Secretaria de Planejamento, esse time eficiente que trabalha no programa Paraná Eficiente, agradecer a Sônia, agradecer a Chayanne, agradecer o Fabrício, pelo excelente trabalho, continuem ajudando essa questão ambiental, eu sei que o Fabrício, a Chayanne e a Sônia, que eles estão no programa Paraná Eficiente todo, mas a grande pauta deles é a pauta ambiental e ajudaram muito, enquanto eu estive lá como Secretário do Planejamento na pauta ambiental. Minha gratidão sempre para vocês três e para todo o time que está no Planejamento.

Gente, dando continuidade, a gente precisa deliberar quanto à aprovação da ata de reunião da centésima quinta reunião ordinária do Cema. Então, essa foi disponibilizada na página do Conselho Estadual de Meio Ambiente, coloco em votação a aprovação dos termos dessa pauta que está lá de forma pública. Quem concorda com a aprovação permaneça como está, e quem quiser fazer alguma oposição a ata, por favor, se manifeste. (Pausa). Bom, então, não havendo manifestações, APROVADA a ata que foi dada publicidade e as informações ficam registradas na transcrição da reunião. Ok? Dando consequência, eu passa a palavra ao Secretário Executivo para que ele possa falar sobre a Resolução Cema que foi tratada na última reunião do Conselho, que foi adiada para essa reunião do Conselho. Rubel.

O Sr. Secretário Executivo:- Muito bem. Eu convido as representantes do IAT, as técnicas Loraine e Beatriz, para reapresentar os aspectos principais dessa resolução sobre limites máximos de Escherichia Coli, que já foram apresentados na reunião passada, mas foram retiradas da deliberação por um pedido de vista. A resolução, com os argumentos constantes no pedido de vista, foi examinada pela Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e a Câmara Técnica deliberou por manter o texto original. Deliberou, por maioria, por manter o texto original. Eu gostaria que a Loraine e a Beatriz, por gentileza,

explanassem para todos esse processo em que a Câmara Técnica manteve a decisão originalmente tomada.

A Sra. Loraine Cristina do Valle Jacobs Lucca:- Uma boa tarde a todos. Como o Rubel já passou, eu me chamo Loraine, sou gerente técnica do laboratório aqui do IAT, a Beatriz é responsável pelo laboratório de metodologia. E nós viemos, em maio do ano passado, por solicitação do Ministério Público, fazer uma sugestão de limites de codificação para o Escherichia Coli, considerando uma informação que a gente tem na Conama 357.

Por solicitação do Rubel, eu vou rerepresentar algumas coisas que já foram vistas em algumas reuniões do Conselho, apenas para que a gente consiga lembrar um pouco, e até a questão de por que a gente não, a princípio, acatou a solicitação do CEDEA de fazer algumas alterações nessa resolução. Só um minuto, por favor.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Loraine.

A Sra. Loraine Cristina do Valle Jacobs Lucca:- Pois não, Arthur.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Se puder apresentar a nossa também, eu agradeceria.

A Sra. Loraine Cristina do Valle Jacobs Lucca:- Vai junto.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Obrigado.

A Sra. Loraine Cristina do Valle Jacobs Lucca:- Então, começando, a gente teve uma solicitação do Ministério Público que foi encaminhada para o IAT, a gente colocou a numeração de protocolo apenas para consulta e também para ficar registrado, normalmente o Rubel coloca essas apresentações no protocolo, aonde, na Resolução Conama 357, a gente tem as classificações de corpos d'água e diretrizes ambientais para enquadramento dos corpos d'água.

Dentro dessa parte, a gente entra em algumas seções da 357, aonde falam de critérios para coliformes termotolerantes. Esses coliformes termotolerantes são os utilizados atualmente no Conama 357 para padrão de qualidade microbiológico. No entanto, após essa parte, colocam a seguinte frase: "Escherichia Coli pode ser determinada em substituição ao parâmetro coliformes termotolerantes de acordo com limites estabelecidos pelo órgão ambiental competente." A partir dessa informação, o Ministério Público sugere que o órgão ambiental competente do Paraná estabeleça esses limites de quantificação. Qual a motivação dessa solicitação do Ministério Público? A gente tem a família, a classe dos coliformes totais, que são bactérias do trato gastrointestinal de humanos e outros animais existentes, são bactérias que podem ser

encontradas no solo e também na vegetação. Dentro dessa família, a gente tem coliformes termotolerantes e, ainda, além de estarem presentes nas fezes humanas, também são encontradas em solos, plantas e outros tipos de efluentes que contenham matéria orgânica.

Então, são mais seletivos que coliformes totais, mas ainda não são tão seletivos assim. E dentro dessa situação, a gente tem a Escherichia Coli, que é uma bactéria cujo habitat exclusivo no intestino de animais e sangues quentes, e ela indica a contaminação fecal recente da água que a gente tiver analisando.

Por isso, então, a solicitação do Ministério Público para essa adequação, para que a gente fosse mais preciso. Não sei hoje, até acho que a gente não tem nenhum representante do Ministério Público, mas nas primeiras reuniões eles esclareceram essa situação quanto essa necessidade de especificar mais qual o tipo de bactéria, usar uma bactéria mais específica.

Então, aqui a gente tem justamente essa diferenciação, então os coliformes termotolerantes não são tão indicados, apropriados, quanto a E.Coli para avaliação da qualidade da água. Podem ser usados? Sim, só não são mais os mais adequados, sendo que a Escherichia Coli é o indicador mais adequado para contaminação fecal em água.

A gente foi atrás, com essa solicitação do Ministério Público, de verificar se alguma outra instituição, algum outro Estado, já teria feito esse levantamento de qual a relação entre coliformes termotolerantes e Escherichia Coli. Com isso, a gente verificou um estudo realizado pela Cetesb em 2008 aonde existe uma correlação entre coliformes termotolerantes e Escherichia Coli, aonde, de cada cem números, cada cem coliformes termotolerantes, 80% são Escherichia Coli. Com isso, a gente sugeriu um fator de correção de 1.25 sobre o fator Escherichia Coli para que se chegue ao coliforme termotolerante ou 80%, no caso inverso.

Com essa situação, a gente fez a primeira proposta da Resolução Cema, que foi discutida no Conselho durante algumas reuniões, para que a gente pudesse adequar. Eu coloco brevemente o texto que está na resolução, eu fiz esse texto novamente com as sugestões do CEDEA, então eu não vou me ater muito nessa parte aqui, mas a gente cita que o objetivo da resolução seria por essa demanda crescente de substituição de valores de coliforme termotolerante para Escherichia Coli. E a gente cita as duas resoluções Conama que usam já esses dois indicadores, sendo que a 274 já usa o parâmetro Escherichia Coli como indicador da qualidade da água.

Aqui são alguns conceitos, então a gente... Helder, eu não consigo te ouvir direito. Não sei se seria com a gente ou não? Acho que não.

O Sr. Helder Rafael Nocko (CREA/PR):- Não, desculpa, abriu o áudio aqui, desculpa.

A Sra. Loraine Cristina do Valle Jacobs Lucca:- Então, aqui estão algumas unidades referentes, a classificação das águas que a gente vai propor a resolução, e aqui são os limites que a gente, a princípio, determinou em reunião. Então, todas as águas de classe especial a gente, a princípio, na primeira proposta até tinha colocado valores mas depois, em discussão do Conselho, a gente optou por colocar que devem ser mantidas as condições naturais dos corpos d'água, tanto para água doce quanto para água salina quanto para água salobra. E depois disso a gente foi pegando os valores que tínhamos que temos na 357 e fazendo a conversão numérica, com a proporção de 80%, para a Escherichia Coli. Todas as classificações de água para recreação de contato primário, foram utilizados os valores presentes na Resolução 274 da Conama que já utiliza o parâmetro Escherichia Coli.

Então, com isso, nós somos montando os valores. Eu não vou me ater a cada item para determinar tanto para água doce, quanto para água salina, quanto para água salobra, os valores máximos, sempre respeitando a proporção de 80%, exceto aonde a gente já tinha estabelecido pela Conama 274. Além disso, depois que a gente estabeleceu esses valores, a gente fez uma correlação de enquadramento, levando-se em consideração o parâmetro DBO com o Escherichia Coli para verificar se dentro do índice de avaliação de qualidade da água, a gente teria alguma alteração muito grave dos dados que a gente tinha de 2017 a 2022 aqui do IAT. A gente observou que a gente tem sim algumas variações, mas que não é nada preocupante. Então, a gente muda um pouco esse enquadramento, mas não de forma grave. Se vocês olharem essa tabelinha, a gente coloca cores ali. Então, nenhum dos pontos de avaliação do índice de qualidade da água muda a classificação final do AIQA, a gente alterando o termotolerante para Escherichia Coli. O que quer dizer que o monitoramento que estava sendo considerado até agora não é errado ou qualquer coisa assim, a gente só agora vai estabelecer um parâmetro um pouquinho mais restritivo, mas que ainda assim mantém uma certa quantificação de qualidade da água e a gente consegue manter o monitoramento histórico também.

Aqui eu coloquei, por solicitação do Rubel e até o Arthur se manifestou no início, a diferença entre a proposta do CEDEA e a nossa versão, que eu coloquei como inicial, mas a versão definida no Conselho, na última reunião antes da deliberação final.

Então, em amarelo, o que a gente tem são as informações que o CEDEA propôs de inclusão nessa resolução, aonde, além da gente ter o controle de qualidade da água,

falam de fiscalização, de atividade geradora de efluentes e de, por exemplo, a questão de carga poluidora, de lançamento de efluentes através da carga poluidora. Eles colocam também algumas situações de legislação, legislação de água subterrânea e a Portaria 2914 do Ministério da Saúde, que seria a portaria de portabilidade da água, então seria água potável. Além disso, eles colocam também a questão de análise de contaminante, de outorga, algumas outras situações de saneamento e abastecimento. E a gente avaliando isso, de maneira geral, tanto individualmente aqui no IAT quanto na última reunião da CTQA, a gente verificou que a resolução em questão, a solicitação do Ministério Público, é uma resolução específica para monitoramento em água natural. Todos os requisitos de outorga, declaração de carga poluidora, a gente tem outras resoluções Cema e legislações vigentes, não só Cema mas Conama, para determinação de valores máximos. Então, por isso, a gente sugeriu que não fosse acatada essa alteração e isso foi admitido em consenso também na reunião que a gente teve em fevereiro desse ano, se não estou enganada, da época. Além disso, eu acabei esquecendo de um detalhe, eu não sei se isso foi uma falha no momento de digitar ou alguma coisa, na proposta do CEDEA a gente teve a eliminação do limite máximo para classe especial de água doce. Então, se vocês olharem ali, essa é a proposta dele, então está classe especial, destinação, limite, mas não tem nada escrito, que seria onde a gente colocou que deve ser mantida a característica natural do corpo d'água.

Então, essas foram as primeiras observações que eu passei para o Rubel, tem mais algumas adiante, mas essa foi a primeira parte em que a gente considerou, tanto na reunião do Conselho quanto internamente no IAT, que não caberia fazer essa alteração na resolução. No Artigo 8º, da proposta do CEDEA,... (interferência de áudio). No Artigo 8º também o CEDEA fez uma proposta, da onde o que está em amarelo ali fosse incluído, que seriam as bibliografias, digamos, as normas de consulta para a realização dos processos analíticos para determinação de Escherichia Coli. Essas determinações de Escherichia Coli seriam feitas por metodologias Standard Methods da USEPA, normas publicadas pela ISO, outras normas da OMS, a OMS, Ministério da Saúde e outros Ministérios.

No caso dessa situação, a gente colocou no parágrafo anterior, no início do Artigo 8º, que todo laboratório responsável pela execução e emissão de laudo, deverá ter o CCL emitido, no caso, órgão ambiental estadual, seríamos nós, o IAT. Hoje, segundo a Resolução Cema 100, todo laboratório contemplado pelo CCL tem que ter certificação de 17.025. Aí os 17.025 exige, num dos seus itens de normas, que o laboratório utilize

sempre as versões mais recentes das normas e que tenham que ser normas reconhecidas nacional ou internacionalmente. Por isso, a gente sugeriu então de que se mantivesse a forma genérica e simplesmente dizendo que as metodologias para determinação do parâmetro Escherichia Coli devem atender normas nacionais ou internacionais. Dentro dessas normas, incluindo o CCL, a gente jogou uma forma mais simples de deixar isso expresso, além do que a gente pode, embora esteja sendo bem abrangente com essas referências colocadas pelo CEDEA, a gente pode acabar excluindo alguma norma que possa vir ou que a gente ainda não tenha citado aqui. Então por isso a gente colocou dessa forma. O laboratório tendo o CCL vai usar a versão mais recente da norma, usando a versão mais recente da norma e sendo uma norma reconhecida não há problema, até porque o Inmetro também permite que a gente possa fazer validação de método, comparando com normas nacionais e internacionais, comprovando essa capacidade analítica. Então, a gente não deixa tão travado para os laboratórios que vão prestar esse serviço. Na última reunião que a gente fez, foi definido que seria mantido a metodologia de forma mais genérica.

Por último, eles propõem no Artigo 10 que os demais parâmetros de qualidade da água devem ser considerados conforme Conama, CNRH, Ministério da Saúde e outros que porventura surgirem. Nesse caso, a gente colocou, sendo bem específico, que a gente considerando a Resolução Conama e o que foi solicitado pelo Ministério Público, não há necessidade de inclusão desse Artigo 10, se a gente levar em consideração que todos os demais critérios, Conama, CNRH, Ministério da Saúde, não vão ser alterados pela nossa Resolução Cema. Essa Resolução Cema é específica para estabelecer limites de Escherichia Coli em águas naturais vinculadas ao resto da classificação, as outras classificações que continuam presentes na Conama 357.

Aqui a gente colocou algumas referências apenas de consumo, e o meu contato e o da Beatriz aqui no IAT, caso haja alguma dúvida também ou necessidade de esclarecimento. A princípio, seria isso que a gente trouxe para expor, se tiver alguma dúvida aqui fico à disposição, tentei ser breve, dentro do possível, e espero ter esclarecido as dúvidas de todos, inclusive do CEDEA para que entenda o porquê da negativa vinda da última reunião da CTQA.

O Sr. Presidente:- Obrigado pelo esclarecimento. Eu abro a palavra para os demais conselheiros que queiram fazer alguma manifestação prévia à deliberação.



O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Presidente, fazer a defesa dos considerandos, por gentileza. Você poderia colocar na tela novamente a sugestão do CEDEA?

O Sr. Presidente:- Pode sim.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- A gente colocou três considerandos ali, fizemos um considerando que é a análise de controle da água, esse aí a gente retira; a questão considerando a necessidade de redução progressiva da carga poluidora lançada em recursos hídricos do Paraná. Então, aqui é um tema do Conselho de Recursos Hídricos. A gente já vem discutindo há muito tempo lá sobre essa questão. Então, por exemplo, a classificação do rio, a classificação da bacia hidrográfica, entra na questão poluidora, a degradação, enfim. Conforme está você vai colocar a classe daquele recurso hídrico ou hídrico, ou, por exemplo, como aconteceu no Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu, a gente coloca por trecho, depende do trecho. Não é o adequado mas existe uma metodologia para colocar sobre esse trecho, que não cabe na área de abastecimento. Nesse caso aqui, colocando, considerando a necessidade de redução progressiva da carga poluidora, a gente está verificando o que está determinado no Conselho de Recursos Hídricos e no Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Então, eu vejo a necessidade de colocar esse considerando aqui, porque é um alerta para quem está fazendo essa análise ou vai pegar essa Resolução Cema para poder aplicar lá dentro do recurso hídrico, então ele vai saber sobre essa carga poluidora e vai saber sobre essas classes que vocês acabaram de colocar aqui, que eu acho que é o objetivo.

Só desce um pouquinho, por gentileza. Então, essa é a justificativa do primeiro considerando. O segundo considerado vem na mesma toada, considerando a classe dos rios devem sempre considerar a qualidade das águas nas áreas dos mananciais, como são águas naturais as águas dos mananciais, a gente tem que seguir a legislação estadual. Essa legislação estadual ela classifica sobre a qualidade da água, como é que tem que ser essa água, por que dessa água, e a legislação é bem clara sobre isso aí.

E quando se fala do Escherichia Coli, você de fato está colocando ali sobre essa classificação que essa própria Resolução traz. Então é bom deixar isso aqui, aqui, a gente está entendendo bom estar aqui nesta resolução, porque quando o cara vai lá, por exemplo, do trecho do Alto Iguaçu que ele vai fazer uma avaliação para classificação daquele trecho de água, ele vai se remeter a essa resolução. E com essa resolução ele vai saber sobre a área de manancial, se há possibilidade, se não há possibilidade, o que se faz, o que não se faz. E o Comitê da Bacia do Alto Iguaçu, que grande parte dele, 70% dele, é de área de

manancial, vai poder se basear a partir dessa resolução. Então seria interessante ter essa legislação aqui.

Considerando a água subterrânea, eu retiro. Nesse momento eu retiro, porque daqui algum dia a gente pode retomar essa discussão lá no Conselho de Recursos Hídricos e fazer uma recomendação para ser acrescentado isso aqui, então essa consideração eu retiro.

O Sr. Presidente:- Luiz Arthur, segundo o procedimento, depois vou abrir a palavra ao Helder também, esses pontos todos já foram analisados pela Câmara Técnica, não sei se você participou ou não da Câmara Técnica, e a Câmara Técnica rejeitou. Então, não é questão só de retirar ou manter os considerandos que foram colocados.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Estou fazendo a defesa, porque a Câmara Técnica não se baseou no que está sendo tratado na Bacia Hidrográfica, por exemplo, do Alto Iguaçu. Não considerou o que está sendo tratado no Conselho de Recursos Hídricos.

O Sr. Presidente:- Você participou da reunião da Câmara Técnica, Luiz Arthur?

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Não, não participei, mas é um chamamento que eu faço para ser considerado isso, porque nós estamos discutindo isso no Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu, acabamos de discutir isso.

O Sr. Presidente:- Nosso receio é porque o espaço maior para esse debate é na Câmara Técnica.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Mas nós não fomos convidados. Nós não fomos convidados. Quando recebemos essa proposição aqui, pelo alerta que nós estamos recebendo do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu e o que está sendo discutido no Comitê Hidrográfico da Bacia... Oh, caramba, é que eu estou com o Alto Iguaçu. Então vamos falar do Alto Iguaçu. O Alto Iguaçu vem discutindo isso. E a pessoa, quando for pegar isso aqui para fazer a avaliação, ela tem que ter essa Lei 1.989, porque é uma lei importante. Então, quando nós recebemos isso aqui, nós pedimos vista por causa dessa preocupação, tanto que nós acabamos de fazer uma resolução lá no Alto Iguaçu, mais ou menos nesse sentido, mais ou menos sentido, sobre classificação de trechos de rio, que daí tem uma outra metodologia lá. Então, a lei tem que ser colocada das bacias, dos mananciais. Isso aqui é uma coisa que eu peço. Eu posso tirar o primeiro considerando, o segundo considerando, mas essa aqui eu vou bater em cima porque é necessário. Entendeu? É necessário. É necessário para quem vai fazer

avaliação, para quem vai fazer a classificação do rio, que vai pedir a classificação de trecho de rio, daí você afunila para ele, entendeu? Ele não vai ter essa capacidade de análise a partir da legislação. É nesse sentido que eu estou fazendo essa defesa para manter esse considerando, porque são os que mais vão usar essa resolução.

O Sr. Presidente:- Tá bom, Luiz Arthur, vai constar em ata sua manifestação. Abro a palavra agora para o Helder. Por favor, Helder.

O Sr. Helder Rafael Nocko (CREA/PR):- Obrigado, Secretário. Antes de tudo queria, mais uma vez, agradecer à Loraine e à Beatriz que apoiaram a Câmara Técnica e, por consequência, todo o Cema nessa construção dessa resolução; agradecer o Arthur também que fez um esforço em tentar fazer um aprimoramento. E só ressalto que dentro da Câmara Técnica, Arthur, a gente analisou de fato tudo o que você colocou, você, digo, o CEDEA, enfim, a instituição de vocês inseriu, mas entendemos que aqui estamos tratando de um padrão de qualidade da água, sendo estabelecido do ponto de vista ambiental, mas não dos recursos hídricos. Então, essa resolução não é uma resolução de classificação de recursos hídricos, classificação e enquadramentos de recursos hídricos estão na instância de recursos hídricos, seja nos planos de bacia, comitês de bacia e no Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Então, a principal justificativa de que aqui a gente não faz essas considerações é em relação a isso, aqui dentro do Cema e dentro dessa resolução nós não podemos enquadrar nenhum corpo hídrico e nem podemos classificá-lo; a gente só tem uma recomendação dos padrões de qualidade da água que são utilizados. Então, não compete aqui...

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Helder, eu posso ter me expressado mal, é que a pessoa que vai pedir a classificação, porque nós estamos discutindo classificação por trecho no Alto Iguaçu, a pessoa que vai pedir, ela vê a qualidade da água, certo? Então, por exemplo, o técnico que pegar isso aqui, que pegar essa resolução do Cema, que ele está pedindo a classificação da água, ele na verdade tem que ter uma orientação, entendeu? Então, a orientação da classificação de trecho, provavelmente, nós vamos recomendar essa resolução, e essa resolução tem que estar falando as áreas de mananciais, certo? É uma conexão de legislação que o cara tem que ter colecionado dentro das resoluções para poder saber “ah, isso é assim, isso não é”. Então, a legislação seria de bom tamanho ser citada nessa resolução. Eu acho que não é nada demais. É isso. Os demais se quiserem, claro, eu respeito a decisão da Câmara, mas nesse caso aqui eu insisto que deveria ser colocado, é isso que eu entendo, pelo menos

esse considerando de 1989, isso aqui importantíssimo, para a qualidade da água, para tudo, entendeu?

O Sr. Helder Rafael Nocko (CREA/PR):- Mais uma vez, Arthur, o enquadramento quem define, isso é definido dentro da....

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Mas não é enquadramento, Helder, é que quando você vai enquadrar...

O Sr. Presidente:- Só por uma questão de ordem, a palavra está com o Helder, depois Ana Maria, Heitor, IAT e depois, se for o caso, volta ainda para uma tréplica, uma quadrupla.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Tá bom, obrigado. Desculpa, desculpa mesmo, discussão é assim mesmo.

O Sr. Presidente:- Imagine, faz parte. Helder.

O Sr. Helder Rafael Nocko (CREA/PR):- Acho que era só isso, já dei o esclarecimento que gostaria de dar aqui, Secretário, e deixo a palavra aberta aos demais.

O Sr. Presidente:- Tá bom. Ana Márcia.

A Sra. Ana Márcia Altoé Niewegłowski:- Boa tarde a todos. Eu trabalhei durante vinte e cinco anos no laboratório do IAT e trabalhei também na elaboração do Conama 357 e na discussão de tudo isso no Conama, o que está acontecendo com essa resolução? É uma modernização de um parâmetro de medição ambiental, de qualidade ambiental. Assim como tem oxigênio dissolvido tem Escherichia Coli. A relação de todo esses parâmetros de qualidade, como a Loraine mostrou, vai dar uma qualidade de água para o rio. O enquadramento de corpos hídricos pega todos esses parâmetros e diz “a situação dele hoje é Classe 2, mas como tem uma estação da Sanepar a montante, vai ser difícil manter esse parâmetro Classe 2, aí eu vou passar ele para a Classe 3, porque assim os parâmetros serão atendidos”. Quer dizer, isso não deveria acontecer nunca, mas acontece, piora a meta de qualidade ambiental de um rio para poder atender as descargas que esse rio recebe, isso é uma coisa que não está sendo discutida aqui. Eu defendo que não entre os termos da Lei Estadual 8.935, porque essa resolução não revoga essa lei. Essa lei tem que ser considerada na hora de fazer o licenciamento, porque ela proíbe inúmeras atividades em áreas de manancial. Então é isso que tem que ser cobrado. Ela não tem eficácia, a citação dela, no enquadramento, em nada citar essa lei dentro dessa resolução. Ela não (inaudível) nada. Nós estamos só modernizando uma medição de qualidade ambiental, que é no caso qualidade da água. Só isso. E não é a qualidade da água para beber, é qualidade da água para banho, para essas coisas. Então, é só para defender que

realmente, Arthur, as suas colocações talvez tivesse que ser objeto de uma outra resolução do Cema, desde que bem bolada, fosse uma outra resolução, mas não nessa. Nessa perde objetivo as colocações que você faz. Bom, era isso que eu tinha a dizer, e eu concordo com o Helder.

O Sr. Presidente:- Obrigado, Ana Márcia, pela manifestação. Heitor, por favor

O Sr. Heitor Rubens Raymundo (SindiSeab):- É claro que eu me perfilo com que a Ana Márcia diz, porque conheço a Ana Márcia trinta anos e sei da competência dela sobre esse tema. Mas eu queria, só para contribuir também, dizer que me parece uma discussão semântica, porque o primeiro considerando que trata do objetivo de redução da carga poluidora sobre as águas, sobre os recursos hídricos, isso é da Política Nacional do Meio Ambiente. É evidente que uma política ambiental estadual tem que ter esse objetivo. A redução da poluição é o dia a dia dos trabalhadores, dos servidores e das políticas públicas. Então isso é evidente.

E a outra questão, e aí eu acho que também é uma discussão, e a Ana Márcia coloca bem, essa questão de que está na lei. Se você tem uma lei que regula isso, não adianta nós fazermos muita discussão, porque mesmo que isso seja fixando um padrão específico, quando nós formos analisar as questões dos mananciais, a lei que regula a preservação dos mananciais vai ter que ser aplicada. Então, me parece que essa discussão não tem relevância no seu aspecto objetivo de uma política ambiental. É só essa contribuição. É claro que eu entendo pouco disso, mas eu senti isso, que esse debate é um debate de semântica e, claro, ressaltando também a história do CEDEA. Nós temos uma intimidade com o CEDEA muito intensa, especialmente com a Laura, o pessoal mais velho do CEDEA, e a gente sabe de todo o empenho e de todo o trabalho que é feito pelo CEDEA. Mas acho que essa é uma discussão que é uma discussão só, e como eu acho que tem outros temas eu gostaria que ela fosse vencida rapidamente.

O Sr. Presidente:- Obrigado, Heitor, pela manifestação. Eu retorno para o Luiz Arthur, só para as considerações finais dele e depois a gente vai para a deliberação. Luiz Arthur, quer concluir a sua fala?

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Eu acho que, por questão democrática mesmo, se a Câmara discutiu e decidiu por isso eu sigo a Câmara Técnica, enfim, eu tentei colocar aqui. Como a Ana Márcia falou, trabalhei com ela na Sema também, conheço bem ela, então, como ela falou, fazer uma discussão posterior a essa resolução. Então, o que foi decidido na Câmara Técnica eu respeito e a democracia vence a maioria. Então, eu sigo nessa toada. Obrigado, Secretário.

O Sr. Presidente:- Agora sim, Luiz Arthur, está em deliberar com relação à resolução para aprovação, quem concorda com a aprovação da resolução, nos termos da Câmara Técnica, por favor, permaneça como está e quem se opor, por favor, manifeste-se. (Pausa). Permanecendo todos como estão, está APROVADA, por consenso, a Resolução do Conama que foi apresentada e aprovada pela Câmara Técnica.

Gente, obrigado pela deliberação. Sempre é importante o debate, sempre a gente aprende alguma coisa com o debate e a gente percebe realmente a relevância que tem essa preocupação dos recursos hídricos, que também é uma preocupação nossa. Amanhã nós teremos a reunião do Conselho de Recursos Hídricos também, vamos deliberar alguns temas e a gente quer avançar muito nessa pauta e há preocupação inclusive com a Bacia do Rio Iguaçu. É importante. Resolução do Cema, perdão. Ok. Obrigado, gente.

Bom eu abro a palavra agora para alguns inscritos. Quantos inscritos temos?

O Sr. Secretário Executivo:- Temos o Helder e o Heitor inscritos na Tribuna Livre.

O Sr. Presidente:- Temos dois inscritos na Tribuna Livre. O primeiro é o?

O Sr. Secretário Executivo:- O Helder e depois o Heitor, cinco minutos cada.

O Sr. Presidente:- Primeiro o Helder, depois o Heitor, cinco minutos cada. Por favor.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Eu me inscrevi também, Presidente, no chat.

O Sr. Presidente:- O Luiz Arthur?

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Isso.

O Sr. Presidente:- Três inscritos, cinco minutos cada, até cinco minutos, pode falar em menos, não tem problema não.

O Sr. Helder Rafael Nocko (CREA/PR):- Boa tarde, novamente. Um intervenção rápida, novamente, eu já falei no meio da reunião, então novamente é só para ressaltar a importância da gente olhar as contas do Fundo Estadual do Meio Ambiente pra gente também, dentro do possível, opinar sobre a aplicação desses recursos, sendo que aqui a gente discute todos as questões ambientais importantes para o Estado, então, considerando essa pertinência, mais uma vez, solicitar ao Secretário que a gente possa ter a apresentação aqui dentro do nosso Conselho dos recursos disponíveis e da aplicação desses recursos. Obrigado.

O Sr. Presidente:- Obrigado, Helder, pelo seu apontamento. Como já relatei anteriormente aqui, a gente vai convocar a reunião do Fema para que possam prestar contas e apresentar o plano de aplicação. Existe um Conselho específico do Fema que até

vou verificar se tem alguma sobreposição com relação ao Cema, vou verificar quais são os diferentes, mas a gente vai buscar também dar publicidade para o Fema com relação ao Conselho Estadual de Meio Ambiente também, inclusive quanto ao plano de aplicação e aprovação das contas anteriores, a gente vai dar uma olhada nisso e na sequência, eu já pedir para eles essa convocação. Muito pertinente, Helder, obrigado pela pontuação. Quem mais?

O Sr. Secretário Executivo:- Heitor.

O Sr. Presidente:- Heitor, por favor, a palavra está contigo.

O Sr. Heitor Rubens Raymundo (SindiSeab):- Eu até agradeço ao Helder, porque ele foi rápido e eu queria nessa primeira intervenção, primeiro dizer que essa preocupação do Helder é uma preocupação velha dos servidores, não só em relação ao Fundo Estadual do Meio Ambiente - Fema, mas também dos direitos difusos do Ministério Público, das medidas compensatórias e minimizadoras a nível da compensação ambiental. Tem alguns fundos que não são transparentes, que poderia permear o debate nas instâncias colegiadas do Estado do Paraná. Então, quero me solidarizar com a proposta do Helder e até ampliá-la.

Mas o que me fez inscrever para fazer uso da Tribuna Livre é que eu queria dizer que eu sou um velho advogado público, aposentado do IAP, trabalhei trinta e sete anos e hoje apresentado, e sempre os trabalhadores tiveram uma preocupação e agora represento os trabalhadores, indicado através da nossa entidade sindical. E eu queria dizer que, como lá atrás a nossa intervenção tinham dois eixos, ela também vai ter dois eixos. Nós queremos a melhoria dos serviços públicos ambientais prestados à população e, dois, nós também pugnamos pela melhoria da condição de vida, de trabalho e de salário também dos servidores públicos. E queria dizer que isso implica em fazer alguma revelação a esse colegiado como outrora nós fizemos. Eu quero lembrar que o produto hoje IAT ou a Secretaria, mas mais especialmente o IAT, que é o órgão executor, ele vem lá de 93 da unificação da antiga Surhema e do antigo ITCS. E eu queria lembrar que o quadro de pessoal, e quero revelar isso, era de mais de mil servidores. Eu tinha um documento da (inaudível) da época, da equipe de recursos humanos, que apontava mil duzentos e três servidores, mas não consegui achar. Então, prefiro dizer que eram mais de mil servidores, isso é uma informação concreta. E queria daí revelar que hoje no IAT nós somos quinhentos e nove servidores efetivos. Quer dizer, trinta anos depois, com uma demanda imensa da sociedade sobre serviços públicos ambientais, nós reduzimos o quadro de pessoal em 100%. Mas reduzimos o quadro de pessoal efetivo, porque os cargos

comissionados, os precarizados, enfim, isso aumentou. Por exemplo, nós tínhamos vinte e seis cargos comissionados à época da junção, hoje temos cento e trinta e três, estagiários tínhamos alguns à época, hoje temos cento e quatorze, residentes trezentos e vinte e oito, bolsistas sessenta e oito e terceirizados, de uma maneira geral, seiscentos e três. Então, hoje, nós temos um quadro de mil oitocentos trabalhadores que trabalham na área ambiental, sendo que estáveis, com a perenidade necessária, a prestação desse tipo de serviço, são quinhentos, quinhentos e nove somado a setenta e cinco servidores celetistas não chega a seiscentos, para mil oitocentos. Quer dizer, nós temos uma realidade que impede que os serviços públicos ambientais sejam prestados com eficiência, com qualidade e com quantidade que a população demanda.

Faço esse registro, mas também reconheço que a última gestão dentro da Secretaria de Meio Ambiente, do Márcio e do próprio Everton, e claro que esse é um trabalho que vem muitas outras direções fez com que a gente renovasse pelo menos 20% esse quadro. Na última gestão, 2021 a 2022, a gente contratou mais de cem servidores. Eu não tenho o número exato. Porque senão esse número seria mais vexatório.

Então, eu quero informar os Conselheiros que é impossível a gente reclamar serviços públicos de qualidade com o quadro de pessoal do jeito que está. E é claro que eu sei que não é um privilégio da área ambiental, agora, a gente precisa se rebelar, nós servidores, enfim, porque a vontade que nós temos e de todos os servidores do Estado do Paraná é prestar bons serviços públicos. Esse é um compromisso que nós temos, o povo nos paga o salário, nos estabelece as orientações, é importante e necessário que a gente seja eficiente, enfim. Então, portanto, essa é uma primeira revelação que eu faço e que eu gostaria de pedir ao novo Secretário, desejando-lhe êxito, uma feliz e profícua gestão, que essa realidade, Secretário, o senhor precisa se empenhar. Eu sei que vários setores que tem, mas a gente precisa alterar essa realidade. E aí eu quero lhe dizer que é necessário, Secretário, há um empenho diuturnamente para se vencer.

E a outra questão, Secretário, que eu também revelo ao senhor e ao restante, é a realidade de vida dos servidores. Quer dizer, pra gente no dia a dia estar trabalhando sem almoço, a noite na fiscalização, é necessário que a gente tenha um pingão de tranquilidade. Quer dizer, que a gente não pense na fome de casa, é para se preocupar com a fome de casa e não fazer um bom trabalho. Então, o que eu quero dizer com isso hoje, Secretário? Nós trabalhamos doze meses no Estado do Paraná e recebemos sete meses. Nós temos uma defasagem de mais de 42%. E nós achamos que isso pode ser superado com uma



política pública que releve essa questão, que considere o servidor público como um obreiro importante nessa relação de prestação de serviço público.

E quero dizer mais, isso é possível, Secretário. Eu vou dar um dado, levantado pelo Diesel, que o orçamento de 2023, Secretário, prevê isenção, incentivo e anistia fiscal e tributária de mais de dezessete bilhões de reais. Quer dizer, não é possível isso. E para repor todas as perdas salariais dos últimos seis anos dos servidores, não vão cinco bilhões, segundo Diesel. Bom, por que não podemos dividir com os empresários, com os latifundiários...

O Sr. Secretário Executivo:- Heitor, por favor, dado o avançado do horário e a existência de mais um inscrito, a Tribuna Livre tem um limite máximo de quinze minutos, regimentalmente, eu pediria para você a especial gentileza de compreender essa solicitação e concluir a sua palavra, por favor.

O Sr. Heitor Rubens Raymundo (SindiSeab):- Estou concluindo, Secretário. A questão das condições de vida e de trabalho e a questão do quadro pessoal, a gente pede o seu imenso empenho. E nesse momento, até para atender o pedido, eu encerro, desejando ao senhor, ao Everton e sua equipe, enfim, êxito e conte com os trabalhadores, com os servidores públicos ambientais, Secretário. A gente está aí para lhe dar a mão para que a gente melhore o serviço público e melhore as condições de vida dos servidores. Obrigado.

O Sr. Presidente:- Obrigado, Heitor, pela fala. Realmente não existe IAT, não existe Sedest, não existe Governo do Paraná sem os servidores públicos, que estão aqui trabalhando e que mantêm a máquina acontecendo e trabalhando. Então, eu queria manifestar aqui o meu apoio desde a contratação de mais servidores públicos, para que possam desempenhar o seu trabalho aqui quanto à maioria das suas condições. Vou reportar isso ao Governador, a necessidade de melhoria nas condições financeiras, de remuneração. Ok?

Acho que o último inscrito é o Luiz Arthur. Luiz Arthur, a palavra está contigo.

O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Sim. Eu gostaria de parabenizar o IAT que fez uma portaria sobre a questão da eliminação de exóticas, e o IAT está se esforçando para isso. Acho que a gente não pode ser contra o pinus. O pinus, de forma alguma, a gente pode ser contra. Agora, por exemplo, alguém que produz tinta tem responsabilidade, alguém que produz produto químico tem responsabilidade, então o produtor de pinus também tem que ter responsabilidade para

não contaminar os seus vizinhos, porque a semente do pinus, nós todos sabemos, que com o vento ela vai longe.

Eu gostaria parabenizar o IAT e eu acho que o IAT está no caminho certo e depois futuramente a gente pode fazer uma discussão maior. Valeu! Muito obrigado, Secretário. E desejo aí uma boa semana.

O Sr. Presidente:- Gente, obrigado a todos pela gentileza, pela participação, pelas falas, pelas contribuições. Eu encerro aqui a nossa primeira reunião do ano do nosso Conselho Estadual do Meio Ambiente com a seguinte fala: somos todos parte da solução! Tá bom, gente! Eu conto com vocês todos para que a gente possa construir aqui um Paraná cada vez mais honesto, sério, belo, sustentável, com a biodiversidade e toda a riqueza que nós temos das nossas belezas naturais e das pessoas que vivem e trabalham.

Gente, muito obrigado. Somos todos parte da solução! Deus abençoe a todos. Está encerrada a reunião. Muito obrigado.